Art. 2º DETERMINAR que o atendimento aos causídicos e jurisdicionados seja garantido através de rodízio de servidores, com a manutenção de um servidor para o atendimento presencial por dia.

PORTARIA Nº 5883/2024-GP. Belém, 13 de dezembro de 2024.

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do expediente nº TJPA-MEM-2024/55594,

PRORROGAR, pelo período de mais 01 (um) ano, a contar de 06/09/2024, o prazo estabelecido na Portaria nº 3069/2018-GP, de 10/07/2018, publicada no DJE nº 6461, de 11/07/2018, que colocou a servidora ANA CRISTINA RAMOS DE CARVALHO DA SILVA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 126683, À DISPOSIÇÃO da Comarca de Ananindeua, com lotação na 2ª Vara Criminal.

PORTARIA Nº 5884/2024-GP. Belém, 13 de dezembro de 2024.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Substituto Rodrigo Mendes Cruz,

DESIGNAR a Juíza de Direito Adelina Luiza Moreira Silva e Silva, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, no período de 16 a 19 de dezembro do ano de 2024.

PORTARIA Nº 5885/2024-GP. Belém, 13 de dezembro de 2024.

Considerando os termos da Portaria Nº 5874/2024-GP,

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 5685/2024-GP, que designou a Juíza de Direito Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues, titular da 4ª Vara de Família, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara de Família e UPJ das Varas de Família da Capital, no período de 5 a 18 de dezembro do ano de 2024.

PORTARIA Nº 5886/2024-GP. Belém, 13 de dezembro de 2024.

Considerando o afastamento funcional do Juiz de Direito Charles Menezes Barros, Juiz Auxiliar da Conciliação de Precatórios,

DESIGNAR a Juíza de Direito **Antonieta Maria Ferrari Mileo**, Auxiliar da Presidência, para responder pela **Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, no período de 16 a 19 de dezembro de 2024.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º da Portaria nº 015/2023 – SA, de 10 de novembro de 2023, e considerando o que consta do Processo TJPA-PRO-2024/04796, resolve expedir, nesta data, a presente Orientação Normativa, de caráter obrigatório a todas as unidades do órgão:

nos casos de rescisão de contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mesmo após a revogação da norma, será permitida a celebração de contrato de remanescente de obra, serviço ou fornecimento com base no art. 24, inciso XI, da lei revogada, desde que sejam observados todos os demais requisitos legais aplicáveis.

Referência Legislativa: Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Arts. 4º e 6º da LINDB, Art. 24, inciso XI, da Lei no 8.666, de 1993 e Art. 191 da Lei no 14.133, de 2021.

Fonte: Parecer Jurídico nº 618/2024 - AJSEADM